

PÁGINA 19: Japoneses vêm fechar acordos. **PÁGINAS 20 e 21:** Programas contra trabalho infantil no Mato Grosso enfrentam dificuldades. **PÁGINA 22:** Como montar uma loja de Informática. **PÁGINA 23:** França quer aumentar investimentos no Brasil. **PÁGINA 24:** Energia reativa, a surpresa desagradável nas contas de luz. **PÁGINA 25:** Presidente do Banco de Boston defende fim do Proer.

18

Brasília, domingo,
29 de setembro de 1996

ECONOMIA

& TRABALHO

- Brasil

CORREIO BRAZILIENSE

CORREIO BRAZILIENSE

EDITOR: Nelson Torreão SUBEDITOR: Rozane Oliveira TELEFONE: (061) 321-2123 / ramal 163 e 129 FAX: (061) 321-3864 E-mail: economia@cbdata.com.br

DE CHAPÉU NA MÃO

Dívida externa brasileira volta a crescer mas ao contrário da década de 70 é maior no setor privado e significa investimento no país

Rio — Enquanto a dívida externa pública cresceu 9,3% de 1990 para cá, o endividamento do setor privado cresceu 257%. São as empresas que estão indo agora ao exterior, em busca de créditos de longo prazo e juros mais baixos que os internos.

A dívida total deu um salto de 13,2% de 1993 para 1995 e chegou a

US\$ 129,3 bilhões. Ninguém, entretanto, teme uma reedição da crise da dívida. O endividamento agora é sinônimo de investimentos no país e credibilidade no mercado internacional. A diferença mais imediata está nos juros cobrados pelos empréstimos. Dessa vez, o dinheiro está entrando no país com taxas prefixadas, que permitem antecipar

com precisão quanto será desembolsado na hora do pagamento.

Também diferentemente da década de 70, o dinheiro que desembarca no país hoje vem principalmente do chamado *private banking*, a aplicação do dinheiro de grandes investidores e dos grandes fundos mútuos americanos.

Isso afasta o risco de uma surpresa desagradável como a da virada da década de 70 para a de 80, quando a crise do petróleo e a moratória do México provocaram a disparada dos juros internacionais e pegaram o Brasil desprevenido. A dívida estava, à época, indexada à

taxa de juros básica americana, que saltou de uma só vez de 6% para 20% ao ano. Com os bônus e *notes* utilizados agora na captação de empréstimos, um eventual aumento nos juros teria o efeito contrário: traria lucro para o País, que já garantiu dinheiro a taxas fixas para os próximos anos.

CREDIBILIDADE

O mercado internacional está aberto às emissões brasileiras feitas por grandes empresas exportadoras, bancos privados de grande porte e estatais do setor de infraestrutura, especialmente dos seto-

res de energia e telecomunicações. Os bancos captam sobretudo para repassar o dinheiro no país a empresas de menor porte, sem acesso a linhas de crédito internacionais.

A entrada de empréstimos está crescendo tão rapidamente que já supera o ritmo da chegada dos investimentos diretos, que também está em fase de franca expansão.

As emissões de bônus, *notes* e *commercial papers*, se somadas aos financiamentos externos à importação, aos pagamentos antecipados para exportações e às operações de leasing e aluguel, já respondem por 54,5% da entrada de

capital no país.

Isso se deve, em grande parte, à credibilidade reconquistada pelo país, depois do Plano Real. De imediato, as empresas bem administradas ganharam força para negociar melhores taxas de juros no mercado internacional. No início de 1993, os empréstimos externos para o Brasil eram feitos com um *spread* (diferença entre as taxas de captação e aplicação) médio de 7,04 pontos percentuais acima da taxa básica do país onde era feita a operação. Em agosto, o mesmo tipo de empréstimo saía com um *spread* de apenas 4,69 pontos.